

ATA N.º 02/2015 – Reunião de 23 de Abril de 2015

- 1 -----**SESSÃO ORDINÁRIA** -----
2 -----**REUNIÃO DO DIA 23 DE ABRIL DE 2015** -----
3 -----**ATA NÚMERO DOIS / DOIS MIL E QUINZE**-----
4 -----**COMPOSIÇÃO DA MESA:** -----
5 - **Presidente** – Paulo Jorge Carvalho Cecílio Patrício; -----
6 - **Primeiro Secretário** – Rui Leonel Abrantes Ferreira da Cunha;-----
7 - **Segundo Secretário** – Luis Manuel Biscaia Almeida;-----
8 -----**PRESENCAS:** Estiveram presentes os senhores: -----
9 - Carlos João Fernandes Pereira Fonseca;-----
10 - Ricardo Manuel Silva Fernandes; -----
11 - Luis Manuel Biscaia Almeida; -----
12 - José Victor Ribeiro Silva; -----
13 - Samuel Carvalho Gomes Monteiro Silva; -----
14 - Dennis Pereira Gamelas; -----
15 - Vitória Maria Cardoso Pereira; -----
16 - Joaquim Marcos Rodrigues Henriques;-----
17 - Maria Helena Rebelo Santos; -----
18 - António Fernando Lopes;-----
19 - Francisco Henriques Ferreira;-----
20 - Luis Francisco Campos Silva; -----
21 - Rui Leonel Abrantes Ferreira da Cunha; -----
22 - Maria Fernanda Faria Abreu Silva Mateus; -----
23 - Mário Rui Nascimento Nunes;-----
24 - Paulo Jorge Carvalho Cecílio Patrício;-----
25 - Maria de Fátima Figueiredo Viola; -----
26 - José Henrique Silva Santos;-----
27 - Bruno Miguel Poseiro Sebastião;-----
28 - Vanda Ferreira Nunes Laura;-----
29 - José Alberto Simões Rocha;-----
30 - Presidente da União das Freguesias do Bombarral e Vale Covo António Feliciano
31 Júnior; ---- -----
32 - Presidente da Junta de Freguesia do Carvalhal João Manuel Gomes Mendonça; --
33 - Presidente da Junta de Freguesia da Roliça Joana Isabel Henriques Caetano; ----
34 - Presidente da Junta de Freguesia do Pó Nuno Diogo Fernandes Bernardino; -----
35 -----**OUTRAS PRESENCAS:** Estiveram igualmente presentes os senhores: --
36 - O senhor Presidente da Câmara José Manuel Gonçalves Vieira;-----
37 - O senhor vice-presidente Nuno Manuel Mota Silva;-----
38 - A senhora vereadora Maria Norberta da Ponte Ferreira Santos;-----
39 - O senhor vereador Luis Alberto Camilo Duarte; -----
40 - O senhor vereador António Joaquim Correia Fialho Marcelino; -----
41 - A senhora vereadora Maria de Los Angeles Vinuesa Peña de Oliveira; -----
42 - A senhora vereadora Rosa Maria Bastos Gonçalves Guerra;-----
43 - Assistente Técnico Nuno Fernando Carreira Taborda Ferreira. -----

ATA N.º 02/2015 – Reunião de 23 de Abril de 2015

44 - Chefe da divisão do potencial humano e administração geral Paulo António Pardal
45 Dias Jorge;-----
46 - Responsável pela Unidade Orgânica de Gestão Financeira João Filipe Batista
47 Cordeiro;- -----
48 -----Pelos 21:35 horas o senhor Presidente da Assembleia Municipal, declarou
49 a sessão aberta.-----
50 -----**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:**-----
51 -----ATA 01/2015: Depois de lida e achada conforme foi deliberado por
52 maioria com vinte e três votos a favor e duas abstenções aprovar a ata n.º 01/2015,
53 da reunião de 26 de Fevereiro de 2015.-----
54 -----EXPEDIENTE: O senhor Presidente da Mesa da Assembleia leu o
55 expediente entrado na secretaria da Assembleia Municipal desde a última sessão
56 ordinária.-----
57 -----A senhora D. Helena Santos (PS) lembrou que o n.º 3 do artigo 7.º do
58 regimento de funcionamento desta Assembleia Municipal diz que as sessões se
59 realizam preferencialmente à sexta-feira, mas das nove reuniões que tiveram lugar
60 neste mandato só uma é que teve lugar à sexta-feira, pelo que o referido ponto do
61 artigo 7.º está a ser totalmente subvertido tendo as sessões passado a ser às
62 quintas-feiras. Questionou porque motivo as sessões estão a ser marcadas par a
63 quinta-feira, se vai continuar a ser assim e em benefício de quem. Quanto à
64 definição das grelhas de tempos, nem uma vez as opiniões do PS foram aceites,
65 não compreendendo porque é que a mesa se dá ao trabalho de pedir opinião sobre
66 as grelhas se depois não aceita as sugestões. Não vão responder a mais nenhum
67 email sobre as grelhas de tempos. Questionou ainda porque motivo aos editais das
68 sessões da Assembleia Municipal não são colocados na agenda municipal.-----
69 -----O senhor Primeiro Secretário no exercício da presidência disse que a
70 convocação das sessões da Assembleia é competência do presidente da mesa pelo
71 que só ele poderá responder às questões colocadas. A mesa registou o reparo e na
72 próxima sessão o senhor Presidente da mesa responderá.-----
73 -----O senhor Samuel Carvalho (CDU) disse que também ia falar do
74 desrespeito que existe pelo regimento por parte da mesa, não sendo as sessões
75 marcadas no dia em que está previsto. Já levantou duas vezes esta questão e já
76 começa a haver desrespeito – falam mas a mesa não liga. Dentro do respeito que
77 tem de haver também alerta para a questão da sessão solene do 25 de Abril que foi
78 convocada para uma hora que não é a usual e que não vai trazer munícipes à
79 sessão. Também não percebem a quem é que esta hora favorece, pois não é aos
80 eleitos nem aos munícipes. Pediu à mesa que indique o porquê desta hora porque a
81 CDU não encontra uma razão. Espera que nessa sessão os discursos sejam em
82 prol do 25 de Abril e dos bombarralenses e não para dar recados e tarefa a alguns
83 eleitos. Devem respeitar a data. Quanto ao estaleiro municipal perguntou se vamos
84 ou não comprar as antigas instalações do IVV e montar ou não naquele local a
85 central de massas asfálticas. Referiu que alguns munícipes fizeram chegar á CDU a
86 questão da falta de pintura das passadeiras de peões, nomeadamente junto ao

ATA N.º 02/2015 – Reunião de 23 de Abril de 2015

87 centro de saúde. Lembrou que para este efeito temos uma máquina de pintura
88 termoplástica. Quanto aos ecopontos considerou que estão muito mal localizados
89 criando má visibilidade para o trânsito automóvel. Chegou-lhes também uma
90 preocupação muito grande quanto à alimentação no centro escolar, sendo a mesma
91 de fraca qualidade e em quantidade diminuta.-----

92 -----O senhor Primeiro Secretário no exercício da presidência disse que a
93 mesa registou o que foi dito. Se as sessões da Assembleia Municipal são marcadas
94 para a quinta-feira não é por falta de respeito e a marcação é feita no cumprimento
95 do regimento.-----

96 -----VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO DR. FERNANDO GOMES
97 SILVA MOUGA: Foi deliberado por unanimidade aprovar o seguinte voto de pesar
98 subscrito por todos os membros da Assembleia Municipal: “No passado dia 20 de
99 Março de 2015 faleceu o ilustre médico, agricultor e autarca bombarralense
100 Fernando Gomes Silva Mouga. Nascido a 26 de Abril 1936 foi uma notável e
101 marcante figura da história deste concelho na segunda metade do século XX, tendo
102 sido, entre outras, Presidente da Cooperativa Agrícola do Bombarral (1977 a 1982 e
103 1996 a 1998), Presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal do
104 Bombarral (1976), vereador da Câmara Municipal (1983 a 1985) e Presidente da
105 Assembleia Municipal do Bombarral (1980 a 1982, 1986 a 1989, 1990 a 1993).
106 Assim os abaixo-assinados propõe que esta Assembleia Municipal delibere aprovar
107 um voto de pesar pelo falecimento do Dr. Fernando Gomes Silva Mouga e que de
108 seguida seja guardado um minuto de silêncio em sua memória.” -----

109 -----Seguidamente foi guardado um minuto de silêncio em memória do Dr.
110 Fernando Gomes Silva Mouga.-----

111 -----VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE ANTÓNIO MARIA DA
112 COSTA TIMÓTEO: O grupo municipal da CDU apresentou a seguinte proposta:
113 “tendo falecido a 11.04.2015, com 77 nos, António Maria da Costa Timóteo, vimos
114 propor aos membros desta Assembleia que aproveis um voto de pesar por tão
115 trágico acontecimento. O António Maria, assim conhecido na sua terra, natural da
116 freguesia do Carvalhal, nascido a 18.04.1937 na aldeia de A-dos-Ruivos, foi um
117 lutador incansável na defesa da igualdade, dignidade e tratamento da condição
118 humana. Foi operário metalúrgico, militante comunista, sindicalista, autarca, eleito
119 nos municípios de Odivelas e Bombarral. Nesta Assembleia exerceu dois mandatos
120 como representante da CDU, com fervor na luta, sempre se bateu por tornar o
121 Município do Bombarral mais igual no respeito e igualdade para todos os munícipes.
122 Sempre a todos respeitou, respeitemo-lo agora, pedindo a esta Assembleia que
123 aprove este documento, o qual entendemos possa ser aprovado por unanimidade e
124 aclamação.”-----

125 -----O senhor Francisco Ferreira (CDU) disse que o falecimento deste nosso
126 amigo, camarada e companheiro tocou-o de muito perto e por o tocar de forma tão
127 sentida há o pedido de ser por aclamação porque ele apreciaria mais isso do que
128 um minuto de silêncio. -----

ATA N.º 02/2015 – Reunião de 23 de Abril de 2015

129 -----Foi deliberado por unanimidade e com aclamação aprovar a proposta
130 supra transcrita.-----

131 -----MOÇÃO POR OCASIÃO DO 41.º ANIVERSÁRIO DA REVOLUÇÃO DE
132 ABRIL: O grupo municipal da CDU apresentou a seguinte proposta: “A revolução de
133 Abril constitui uma realização histórica do povo português, um acto de emancipação
134 social e nacional. O 25 de Abril de 1974, desencadeado pelo heróico levantamento
135 militar do Movimento das Forças Armadas (MFA), logo seguido de um levantamento
136 popular, transformou profundamente toda a realidade nacional. Culminando uma
137 longa e heróica luta, pôs fim a 48 anos de ditadura fascista e realizou profundas
138 transformações económicas e sociais. Portugal vive hoje um dos mais graves
139 períodos da sua história, o mais difícil desde os anos negros do fascismo. Um
140 período de confronto político com o 25 de Abril e com aquilo que representou de
141 conquistas, de realizações e transformações sociais. Portugal vive uma grave e
142 profunda crise económica e social. Agrava-se a exploração dos trabalhadores e a
143 degradação dos seus direitos, limitam-se as liberdades do povo português,
144 empobrece o país, milhares de portugueses são empurrados para o desemprego e a
145 emigração, a Constituição da República é subvertida e é posto em causa o futuro de
146 Portugal e dos portugueses. Indiferente à importância que o poder local representa
147 para as populações e para a resolução de muitos dos problemas que as afectam no
148 seu quotidiano, o governo intensificou o ataque ao poder local e à sua autonomia,
149 tendo desencadeado um verdadeiro programa de subversão do poder local
150 democrático, numa nova e mais declarada tentativa de concretização da velha
151 ambição de ajustar contas com uma das mais importantes conquistas de Abril. O
152 poder local é parte integrante do regime democrático e dos seu sistema de poder. É
153 uma conquista que viu consagrada na Constituição da República os seus princípios
154 democráticos. Um poder local amplamente participado, plural, colegial e
155 democrático, dotado de uma efectiva autonomia administrativa e financeira. A ampla
156 participação popular e o intenso trabalho realizado em prol das populações, com as
157 comissões administrativas após o 25 de Abril, teve consagração com as primeiras
158 eleições livres e democráticas para os órgãos das autarquias locais em Dezembro
159 de 1976, onde o poder local democrático se afirmou, operando profundas
160 transformações sociais com importante intervenção na melhoria das condições de
161 vida das populações e na superação de enormes carências, substituindo e
162 sobrepondo-se, até em alguns casos, na resolução de problemas que excedem em
163 larga medida as suas competências. As comemorações da Revolução de Abril
164 devem ser um momento para afirmar a indignação e recusa da política dirigida
165 contra os trabalhadores, o povo e o país, em que se insere o ataque ao poder local
166 democrático e ao que ele representa de espaço de afirmação e realização de
167 direitos e aspirações populares. Um momento de resistência e luta contra esta
168 ofensiva que pretende ajustar contas com Abril, agredindo a democracia, a
169 liberdade, a paz e o desenvolvimento de Portugal. Deve ser um momento para a
170 convergência e unidade dos patriotas, dos trabalhadores e do povo português, em

ATA N.º 02/2015 – Reunião de 23 de Abril de 2015

171 defesa dos valores de Abril e da Constituição da República. Face ao exposto, a
172 Assembleia Municipal de Bombarral, reunida a 23 de Abril de 2015, delibera: -----

173 1. Promover e estimular a luta em defesa dos valores e conquistas de Abril, da
174 Constituição da República Portuguesa e pela exigência duma ruptura que abre
175 caminho a uma política que sirva Portugal e o povo português. -----

176 2. Apelar aos autarcas, aos trabalhadores, ao movimento associativo e a toda a
177 população, para se associarem às comemorações do 25 de Abril, na afirmação do
178 poder local democrático como conquista de Abril e na defesa dos interesses e
179 direitos das populações. -----

180 Enviar a moção para grupos parlamentares da Assembleia da República, primeiro-
181 ministro, ao Presidente da República.” -----

182 -----Foi deliberado por maioria reprovam a proposta supra transcrita com 10
183 votos de aprovação (7 do PS e 3 da CDU) e 15 votos de reprovação (12 do PSD e 3
184 do CDS).- -----

185 -----MOÇÃO SOBRE O PROJECTO DE REGULAMENTO TARIFÁRIO DAS
186 ÁGUAS E SANEAMENTO: O grupo municipal da CDU apresentou a seguinte
187 proposta: “nos últimos tempos têm vindo a ser tomadas um conjunto de medidas no
188 sector das águas e do saneamento, que no entender deste Município, além de
189 atentarem fortemente contra a autonomia do poder local, visam criar as condições
190 para o desenvolvimento de um processo de privatização, a exemplo do que sucedeu
191 com a EGF no sector dos resíduos. Tais objectivos, estão bem patentes na
192 alteração da “lei da delimitação dos sectores” e na alteração do “regime jurídico dos
193 sistemas multimunicipais”. A par de outras iniciativas legislativas da
194 responsabilidade directa do governo e da Assembleia da República.
195 Concomitantemente, a ERSAR (que deveria ser uma entidade meramente
196 reguladora), tem vindo a assumir uma importância crescente (na sequência da
197 alteração aos seus estatutos), na emanação de medidas obrigatórias e vinculativas
198 para os municípios, cujos traços principais estão em linha com a estratégia
199 delineada pelo governo para o sector. É nesta perspectiva que, em nosso entender,
200 se coloca o projecto de regulamento tarifário que está agora em apreciação. Neste
201 quadro, a sua análise não se pode dissociar dos aspectos referidos. Concretizando
202 e especificamente sobre o regulamento: Entende este Município que o mesmo, tal
203 como está, não devia existir, na medida em que viola princípios fundamentais da
204 autonomia política, administrativa e financeira das autarquias locais em geral e dos
205 Municípios em particular no que respeita, por exemplo à determinação das tarifas; a
206 existir, o mesmo deveria atribuir competências à ERSAR, meramente
207 recomendatórias para que as entidades gestoras pudessem avaliar a pertinência
208 ou não da sua aplicação. Entendemos igualmente que não faz qualquer sentido, por
209 exemplo, limitar o número de escalões a 4, o mesmo se releva quanto ao facto de
210 apenas considerar a existência de 2 tipos de consumidores (domésticos e não
211 domésticos), não se atendendo às especificidades particulares de cada região. A
212 par destas normas “impositivas” que não respeitam a autonomia do poder local,
213 também está de todo “ferido” por tais violações constitucionais a imposição da

ATA N.º 02/2015 – Reunião de 23 de Abril de 2015

214 definição do regime de acesso às tarifas sociais. Na medida em que não respeita a
215 liberdade de opção por parte dos municípios na determinação destes aspectos que
216 já se encontram contidos nos regulamentos de serviços do Município; também não
217 se encontra salvaguardada a autonomia do Município, sem necessidade de ter de
218 estar a justificar, sobre a sua opção em subsidiar os custos dos sistemas se isso
219 corresponder à sua opção de gestão política e económica. A par de não dever de
220 existir, no que respeita à convergência tarifária, qualquer limite, na medida em que
221 esta (a existir) dever corresponder a cada situação concreta. Considera-se ainda
222 relativamente aos sistemas de titularidade estatal, que não se deve estabelecer
223 como proveito permitido, a remuneração dos capitais próprios. Com efeito, tendo em
224 consideração que tais sistemas que foram criados pela necessidade de intervenção
225 do Estado – cabendo-lhe em última análise a garantia do direito universal à água – e
226 nos quais os Municípios também participam com capital, numa perspectiva de
227 interesse público. Estes capitais não devem ter remuneração, devendo ser
228 entendidos como uma forma do Estado apoiar este sector, facilitando a
229 acessibilidade dos consumidores a este serviço. Face ao exposto a Assembleia
230 Municipal do Bombarral reunida a 23 de Abril de 2015 emite o seu parecer
231 desfavorável ao “Regulamento Tarifário dos Serviços de Águas”. Enviar a moção
232 para grupos parlamentares da Assembleia da República, primeiro-ministro, ao
233 Presidente da República.”-----

234 -----O senhor Ricardo Fernandes (PS) disse que esta é uma moção extensa e
235 algo complexa. O que foi retido é que há tendência para diminuir o poder local pelo
236 que votarão a favor. -----

237 -----Foi deliberado por unanimidade e em minuta aprovar a proposta supra
238 transcrita. -----

239 -----O senhor Ricardo Fernandes (PS) informou que o PS fez um périplo pela
240 freguesia da Roliça no passado sábado para auscultar algumas necessidades das
241 populações e uma das situações com que foram confrontados foi a da passagem de
242 nível de São Mamede. É um problema que necessita de resolução urgente. Uma
243 das hipóteses de solução apresentadas seria uma passagem subterrânea, pelo que
244 gostava de ouvir uma opinião sobre esta questão. Na capela de São Mamede foram
245 confrontados com uma situação que não será de fácil resolução devido ao seu
246 estado de degradação. Foram igualmente até à Columbeira onde urge fazer a
247 limpeza da ribeira e a recuperação do edificado degradado desta aldeia. Na
248 Azambujeira dos carros há uma situação com os lavadouros que gostava de ver
249 esclarecida. -----

250 -----A senhora D. Vanda Laura (PSD) lembrou que há dois anos foi eleita por
251 esta Assembleia Municipal com mais três elementos para representarem o órgão na
252 comissão de protecção de crianças e jovens e esse mandato termina esta noite,
253 pelo que entenderam que nesta sessão devia ser dado conhecimento do que se
254 passou ao longo dos últimos dois anos. Pediu desculpa dos documentos só hoje
255 terem sido entregues mas a reunião da comissão de protecção de crianças e jovens
256 teve lugar na passada sexta-feira e na segunda-feira foi atropelada pelo que só hoje

ATA N.º 02/2015 – Reunião de 23 de Abril de 2015

257 pôde entregar os documentos. Informou que em 2014 existiram 107 processos de
258 crianças acompanhadas, a maioria entre os 0 e os 8 anos e entre os 16 e os 18
259 anos. Estes 107 processos foram sinalizados por várias entidades, sendo a
260 autoridade policial a que mais casos sinaliza. Os casos são de violência doméstica e
261 crianças ao abandono ao final do dia e durante a noite. Lembrou que ao serem
262 nomeados novos elementos estes devem ter consciência daquilo para que são
263 eleitos e terem disponibilidade porque andaram desde Janeiro para conseguirem ter
264 quórum para aprovar o relatório anual. -----

265 -----O senhor Carlos João Fonseca (PSD) chamou a atenção do executivo
266 para uma situação perigosa que tem a ver com a degradação da entrada nascente
267 do Bombarral nomeadamente junto à fonte da Baralha. Propôs à Câmara Municipal
268 que retire a vedação e coloque um passeio ou um lancil. Considerou que a
269 comissão de protecção de crianças e jovens é fundamental e todos sabem o que se
270 passa neste país. Muito recentemente num jantar o senhor presidente da ASE
271 referiu-lhe que numa acção inspectiva em Santos, em Lisboa, foram interpelados
272 jovens entre os 13 e os 15 anos e que estavam alcoolizados. Contactados cerca de
273 20 pais só 3 responderam. Este é um problema gravíssimo ao qual deve ser
274 prestada atenção. -----

275 -----O senhor Fernando Lopes (PS) solicitou informação sobre o ponto de
276 situação do processo da opção gestionária, tendo-lhe constado que o senhor
277 Presidente da Câmara se tinha comprometido a pagar até 18 de Abril. Quanto ao 25
278 de Abril questionou o que vai ser feito, manifestando a opinião de que a hora
279 escolhida para a sessão solene é muito infeliz, considerando que se está a fazer
280 pela calada da noite o que considera ser degradante. -----

281 -----O senhor José Rocha (PS) disse que “Cumpram-me informar que
282 imediatamente antes do início desta Assembleia Municipal me foi entregue a factura
283 discriminativa referente à aquisição da central de massas asfáltica, pelo que acuso a
284 recepção para que fique registado em acta. À questão: qual o equipamento que
285 constitui a central? Fica esclarecida porquanto a factura discrimina o equipamento;
286 bem como discrimina qual foi a margem de lucro que o vendedor teve: comprou por
287 cerca de 28 mil euros e vendeu por 50 mil euros, tendo obtido uma margem de lucro de
288 75%! Quem for comerciante saberá bem que não existe esta margem nos
289 negócios, pelo que é uma margem impressionante! Mantém-se as questões: 1. Como foi
290 determinado o valor do equipamento sabendo-se que é usado? 2. Quem a vai operar e
291 qual a formação que recebeu? 3. E finalmente ao fim de quase 2 anos decorridos,
292 quantas toneladas foram produzidas até hoje? Passados que estão quase 6 anos desde
293 que o Sr. José Manuel Vieira tomou posse da Presidência desta Câmara que o PS vem
294 constatando que a sua estratégia para o concelho do Bombarral, se traduz na
295 diminuição do Orçamento anual através da redução drástica do Investimento, sem que
296 seja seguida pela redução dos custos fixos, ao invés, como aqui por diversas vezes
297 registado, estes têm vindo a aumentar devido ao incremento dos cargos políticos:
298 vereadores e adjuntos e ainda com admissão de técnicos superiores para posições
299 chave da estrutura orgânica, complacentes com a tática do Sr. Presidente, penhorando
300 desta forma as possibilidades de progresso do concelho do Bombarral. Desde a tomada

ATA N.º 02/2015 – Reunião de 23 de Abril de 2015

301 de posse que a bancada PS tem vindo a alertar para a importância e necessidade de
302 revisão do PDM; instrumento por excelência que exprime, através das políticas de
303 ordenamento do território, a estratégia para o seu desenvolvimento. A sua elaboração,
304 exige o conhecimento aprofundado do concelho sobretudo a realidade social,
305 económica e demográfica, a prospectiva do tecido económico e das famílias,
306 características fortes e fracas do Concelho, oportunidades e ameaças, permitindo assim
307 elaborar uma estratégia congruente do ordenamento do território função da estratégia
308 desejável para o desenvolvimento do concelho do Bombarral. De nada tem servido os
309 registos da bancada do PS, não é de admirar, somos a bancada do PS representa-mos
310 os cidadãos derrotados, os excluídos da atenção política do Executivo, apesar das
311 sugestões serem a bem do desenvolvimento do Concelho e para o bem de todos os
312 Bombarralenses; porém é surpreendente que o Sr. Presidente continue a ignorar os
313 apelos que a sua própria bancada, a do PSD fez há quase 1 ano, para agilizar a revisão
314 do PDM, porque o actual que tem 17 anos, não é compatível com as actuais
315 necessidades do Concelho; a sua antiguidade e a falta do conhecimento da estrutura
316 social e económica estão a impedir o desenvolvimento, afastar o empreendedorismo e
317 a eliminar postos de trabalho! Surpreende porque o PSD e o CDS através dos
318 Senhores Vereadores, Deputados e Presidentes das Juntas de Freguesia, tudo têm
319 consentindo para que o Sr. Presidente leve avante as suas propostas: aprovaram os
320 Orçamentos e as Revisões, a contratação de Técnicos Superiores, que culminou na
321 colocação, daqueles que dedicaram com ética, rigor e profissionalismo, toda uma vida
322 profissional ao serviço desta Câmara, e que agora se encontram no GPEI, aprovaram o
323 incremento da equipe executiva com mais Vereadores e Adjuntos, com o conseqüente
324 aumento dos custos com pessoal, e o único apelo que a bancada do PSD fez, continua
325 sem resposta: - o PDM continua sem ser revisto, isto é que surpreende! Apesar de
326 ignorar o apelo da sua bancada, surpreendentemente o Sr. Presidente da Câmara
327 decidiu que a Sociedade Portuguesa de Investimentos passe a prestar assessoria ao
328 município em estreita interacção com os 2 técnicos do GPEI ficando estes inteiramente
329 ao dispor da SPI para a concretização do trabalho, conforme consta da ata 8 de
330 Câmara Municipal. Analisando as afirmações aí proferidas, temos que o Sr. Presidente
331 decidiu que a SPI passe a assessorar! Pergunta-se em que moldes, em que termos,
332 qual o custo, qual a duração, qual o objectivo? A SPI entidade de direito privado vai
333 ainda dispor de 2 técnicos superiores da Câmara para fazer um trabalho, presumindo
334 que a SPI não trabalha de forma gratuita, questiona-se, vai receber e ainda o trabalho
335 vai ser feito pelos colaboradores do município? Vai assessorar mas são os técnicos que
336 ficam ao inteiro dispor da empresa privada? E finalmente o que é a concretização do
337 trabalho? Presumindo que vão ser os técnicos da GPEI que vão trabalhar para a SPI,
338 será esta entidade com interesses privados, que vai definir a estratégia para o
339 desenvolvimento do Concelho?" -----
340 -----O senhor Presidente da Câmara manifestou solidariedade com os votos
341 de pesar aprovados por esta Assembleia Municipal, tendo apenas hoje tido
342 conhecimento de um dos casos. Referiu que a questão dos estaleiros está
343 dependente da resolução do assunto das instalações do IVV, indo formalizar uma
344 proposta de aquisição das mesmas. Sexta-feira vai reunir com o administrador da
345 ESTAMO Dr. António Abecasis. Relativamente às passadeiras de peões informou

ATA N.º 02/2015 – Reunião de 23 de Abril de 2015

346 que vão substituir a pintura por calçada para evitar gastos anuais. Sobre os
347 ecopontos reconheceu que por vezes o posicionamento não é o melhor pelo que
348 haverá algumas situações a corrigir, devendo a sua instalações ser sempre
349 acompanhada pelos serviços. Informou que a Valorsul está a preparar 14 carros do
350 lixo para distribuir pelos municípios do Oeste, assim como alguns ecopontos. Sobre
351 a alimentação escolar disse que têm feito as diligências e sido tomadas medidas
352 para melhorar o serviço. Tem havido situações pontuais menos bem mas que têm
353 sido ultrapassadas. Congratulou o PS pela visita à freguesia da Roliça que é uma
354 freguesia histórica e interessante, esperando que continuem o périplo pelo concelho.
355 Relativamente à reunião com os técnicos da REFER sobre a passagem de nível de
356 São Mamede, disse que foram discutidas algumas soluções, tendo os técnicos da
357 REFER ficado de elaborar um projecto para uma passagem inferior e para um
358 corredor ao longo da linha com os respectivos relatórios de custos. Estamos a falar
359 de obras de algumas centenas de milhares de euros, não tendo a REFER
360 disponibilidade para assumir qualquer obra. Sabe que o trabalho está a ser
361 concluído após o que se seguirá um período de negociação. Vão levar até à última a
362 luta pelos direitos da população de São Mamede. Quanto á capela de São Lourenço
363 disse que a situação está nas suas preocupações mas temos de esclarecer a
364 titularidade daquele património, apontando-se para a existência de um compromisso
365 que não foi concretizado na integra. Quanto aos fontanários lembrou que são da
366 competência das Juntas de Freguesia que têm sabido preservar o seu património.
367 Sabe que a obra na Azambujeira está no bom caminho e em fase de conclusão.
368 Concordou que a entrada do Bombarral do lado do Cadaval tem vindo a adquirir um
369 mau aspecto. Sobre o alcoolismo nos jovens partilha da preocupação expressa.
370 Relativamente à opção gestionária referiu que os serviços deram indicação de que
371 teriam o levantamento da situação pronto no final de Abril e foi essa a data com que
372 se comprometeram junto do STAL. No tocante ao 25 de Abril, referiu que por
373 tradição as comemorações têm sido organizadas pela Junta de Freguesia do
374 Bombarral que, por outras prioridades, decidiu este ano suspender essas
375 comemorações. Disse ser um homem de Abril e vai haver comemorações,
376 apresentando o respectivo programa. Quanto ao valor da central de massas
377 asfálticas disse que o mesmo foi determinado por consulta feita. Todo o
378 equipamento que a Câmara Municipal comprou por € 50.000, novo custa € 150.000
379 e em 2.ª mão custa 75 ou 80 mil euros e muito mais do que isso já nos ofereceram
380 por aquele equipamento. Não tem dúvidas que fizeram um bom negócio. Informou
381 que já venderam um depósito de inox por € 12.000. Não houve margem de lucro
382 para o vendedor porque tem que se ver o negócio no global e os € 50.000 foram por
383 todo o equipamento. Lembrou que sem terem reduzido a dívida não conseguiriam
384 pagar nada. Sobre a revisão do PDM disse estar em curso, lembrando que já
385 fizeram uma suspensão do PDM para viabilizar uma empresa e uma alteração ao
386 PDM bastante complicada. Quanto à SPI, a maioria dos Municípios procurou
387 responder ao novo quadro comunitário com a prata da casa mas devido à
388 burocracia exigida só lá chegarão com assessoria de uma empresa. -----

ATA N.º 02/2015 – Reunião de 23 de Abril de 2015

389 -----**APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE OS DOCUMENTOS DE**
390 **PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE BOMBARRAL RELATIVOS AO**
391 **ANO DE 2014:**-----

392 -----O senhor Ricardo Fernandes (PS) referiu que até ao início desta sessão
393 tinham conhecimento de uma versão preliminar do relatório dos revisores oficiais de
394 contas quando foram confrontados com a certificação legal de contas desta vez
395 assinada, considerando existirem duas situações do ponto de vista técnico. O
396 responsável pela unidade orgânica de gestão financeira disse numa reunião de
397 Câmara que não conseguiu lançar facturas de águas e saneamento, pelo que
398 existem razões para reprovar as contas. Quanto á opção gestonária devia ter
399 entrado no documento o que não aconteceu. Ontem foi muito bem recebido pelo
400 responsável pela unidade orgânica de gestão financeira que lhe disse que as
401 facturas supra referidas foram lançadas em 2015 porque não tinham cabimento em
402 2014. Não percebeu quando lhe disse que tinham sido lançadas noutra rubrica, pelo
403 que temos duas ilegalidades. Perante este imbróglio devia ter sido feita uma
404 alteração orçamental para colocar as facturas na rubrica certa. Considerou que
405 estas contas não transmitem a verdadeira situação da autarquia e por isso só agora
406 apareceu a certificação legal de contas datada de 22 de Abril, o que foi já depois da
407 reunião de Câmara. A opção gestonária devia estar cabimentada em 2014 e nem
408 como acréscimo de custos está. -----

409 -----O senhor Samuel Carvalho (CDU) lembrou que as questões técnicas
410 foram colocadas em reunião de Câmara pelo que não se vai alongar muito sobre
411 elas. Quando são autarcas estão a defender partidos mas ao votarem têm de ser
412 responsáveis, todavia na Câmara e Assembleia Municipal há muitos votos feridos de
413 legalidade. Considerou que tecnicamente este é um documento ilegal. Considerou
414 que a diminuição da receita da derrama é uma imagem do nosso concelho,
415 demonstrando que não temos tecido empresarial que produza e dê lucro. O IMI é a
416 fonte de rendimento do concelho, ao contrário do que o senhor Presidente da
417 Câmara diz. Quando viu o orçamento para 2014 perguntou se iam vender 1,8
418 milhões de euros em terrenos e foi adivinho porque a Câmara Municipal não vendeu
419 nada porque o executivo continua a não olhar para o futuro do Bombarral. O Pólo II
420 é um cemitério e o senhor Presidente da Câmara continua a não querer mudar o
421 licenciamento. Espera que com o novo quadro comunitário haja mais verbas porque
422 as que constam deste documento foram as que foram deixadas pelo anterior
423 Presidente da Câmara. Quanto à massa salarial ela aumentou mas isso não se
424 traduz num aumento do número de postos de trabalho mas sim de cargos políticos e
425 cargos de confiança política. Onde há necessidade de emprego continua-se com os
426 CEI's. Em relação ao PPI não existe nada tendo-se mais uma vez a Câmara limitado
427 à gestão corrente. É fácil diminuir a dívida quando não há obra. A única diferença
428 em relação ao relatório anterior é que não consta a informação sobre os fundos
429 disponíveis, considerando que essa informação está sonegada. Nesta informação o
430 senhor Presidente da Câmara diminui a dívida sem investimento e sem crescimento,
431 prevendo mais dois ou três anos – com o Presidente da Câmara escondido no

ATA N.º 02/2015 – Reunião de 23 de Abril de 2015

432 gabinete. Considerou que o senhor Presidente da Câmara deve ouvi-los sobre o
433 caminho a seguir pois continuam sem ver futuro para o concelho.-----
434 -----O senhor Presidente da Câmara disse que o documento dos revisores
435 oficiais de contas veio no momento em que tinha de vir que é no momento da sua
436 conclusão. Relativamente ao relatório de contas de 2014, quando se fala muito em
437 ilegalidades, considera não haver qualquer incumprimento da lei das finanças locais.
438 Quanto às facturas sem dotação orçamental disse que havia três facturas sem
439 dotação que foram lançadas como custos em 2014 e como dívida, pelo que constam
440 da dívida a 31.12.2014. Em 2014 diminuíram a dívida em 2,2 milhões de euros e
441 executaram 81,7% do orçamento e nada destes bons resultados se deve aos factos
442 apontados. Não existem caixotes com facturas, sacos azuis ou fantasmas. Não
443 houve capacidade de cabimentar todas as facturas pelo que estas ficaram em
444 conferência. Sobre a opção gestonária lembrou que a sentença só transitou em
445 julgado em 2015, pelo que toda a situação terá de passar por alterações
446 orçamentais ou ajustes. Considerou que o senhor Samuel Carvalho entrou de pé em
447 riste dizendo que o documento é ilegal mas não comprovou nada disso.
448 Reconheceu que de facto a derrama não tem tido valores significativos mas vão
449 subir em breve. Os impostos subiram ligeiramente mas este seria um ano de
450 monitorização das alterações em determinados impostos como foi o caso do IMI,
451 pelo que irão tomar outras posições a favor dos bombarralenses. Quanto à despesa
452 com pessoal houve um aumento de € 45.000 devido a ter havido mais pagamentos
453 à ADSE e à Segurança Social. Acerca de não haver investimentos, disse que o
454 investimento pode ter sido pouco mas não podem comprometer a situação
455 financeira da autarquia. Só não pagámos cerca de 6% do que nos foi facturado, o
456 que é notável. O que foi baixo foi o valor da execução mas isso deve-se ao esforço
457 exigido pelo pagamento das obras anteriores. Estão agora em melhor situação
458 financeira para fazerem face ao novo quadro comunitário. Quanto aos fundos
459 disponíveis, fizeram o mesmo que os outros fazem que foi antecipar fundos. Os
460 fundos disponíveis tinham um saldo negativo na ordem dos 1,2 milhões de euros
461 pelo que anteciparam receita conforme está previsto na lei para poderem
462 cabimentar os vencimentos, águas, saneamento e opção gestonária. Vão agora
463 partir para outros paradigmas de gestão. -----
464 -----O senhor Ricardo Fernandes (PS) considerou que quanto à rubrica há
465 algo que deve ser mais bem esclarecido. As três facturas não foram introduzidas na
466 rubrica adequada pelo que existe uma ilegalidade, devendo ter sido feita uma
467 alteração orçamental, mas os serviços não acautelaram essa situação. Quanto á
468 certificação de contas entregue no início da presente sessão disse ser esta a
469 situação que aqui consta. -----
470 -----O senhor Presidente da Câmara disse que as facturas em causa foram
471 tidas em conta, lançadas como dívida e registadas como dívida em 2014. Refutou
472 que as três facturas das Águas do Oeste não tenham sido cabimentadas, referindo
473 que foram registadas como facturas em conferência. Se anteriormente havia outras
474 práticas desconhece e não se responsabiliza por isso. Não vale a pena fazer

ATA N.º 02/2015 – Reunião de 23 de Abril de 2015

475 exercícios de memória passeando por outros anos em que houve necessidade de
476 não incluir facturas, tendo havido um período em que o valor chegou a ser de €
477 400.000. Agora não há facturas fora de situação regular. -----
478 -----Foi deliberado por maioria com 15 votos a favor (12 do PSD e 3 do CDS)
479 e 10 votos contra (7 do PS e 3 da CDU) apreciar favoravelmente os documentos de
480 prestação de contas do Município de Bombarral relativos ao ano de 2014.-----
481 -----Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos.
482 -----**DECLARAÇÃO DE VOTO:** O senhor Ricardo Fernandes (PS) declarou
483 que o PS votou contra esta aprovação de contas do Município do Bombarral
484 respeitantes ao ano de 2014 em virtude de três facturas não estarem devidamente
485 lançadas em 2014 mas sim em 02.02.2015. -----
486 -----**DECLARAÇÃO DE VOTO:** O senhor Samuel Carvalho (CDU) declarou
487 que a CDU votou desfavoravelmente os documentos de prestação de contas do
488 Município do Bombarral relativos ao ano de 2014 por sonegação de informações e
489 por estar o documento ferido de legalidades. -----
490 -----**APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE PROPOSTA DE APLICAÇÃO**
491 **DE RESULTADOS:** Nos termos do ponto 2.7.3 do Decreto-Lei n 54-A/99, de 22 de
492 fevereiro (POCAL), o resultado líquido do exercício pode ser repartido em Reforço
493 do Património e/ou constituição de Reservas, sendo que nos termos do ponto
494 2.7.3.5 deve constituir-se o reforço anual da conta 571 – Reservas Legais, no
495 mínimo de 5% do Resultado Líquido do Exercício. O resultado líquido apurado no
496 exercício de 2013 foi de €1.295.193,85, nos termos do disposto no ponto 2.7.3 do
497 POCAL, foi deliberado por maioria com 15 votos a favor (12 do PSD e 3 do CDS) e
498 10 votos contra (7 do PS e 3 da CDU): 1º) a sua aprovação; 2º) que o mesmo seja
499 transferido para a conta 59 – resultados transitados; 3º) que a conta 59 resultados
500 transitados reforce a conta 571 – reservas legais no montante de € 64.759,69 (5%
501 do resultado líquido).” -----
502 -----Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos.
503 -----**APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE PROPOSTA DE PLANO DE**
504 **INCENTIVOS À REGULARIZAÇÃO DE DÍVIDAS:** Foi presente a seguinte proposta
505 da Câmara Municipal: “Considerando que: -----
506 1) Na sequência de trabalho desenvolvido no âmbito do POPH relativo
507 à implementação da ação “C.5.10.3 - Promover acordos de pagamento que
508 garantam a cobrança de algumas dívidas, de forma equilibrada para ambas as
509 partes”, o grupo de trabalho respetivo apresentou conclusões, das quais abaixo se
510 evidenciam as seguintes:-----
511 a) Presentemente existe um número elevado de consumidores de água (cerca de
512 706), em incumprimento no seu pagamento, cujo montante global em dívida
513 ascende a **225.833,32 €**; -----
514 b) O momento de crise económica que o país vem atravessando contribui para o
515 agravamento das dificuldades de muitas famílias;-----
516 c) Alguns dos consumidores em situação de incumprimento encontram se
517 integrados em agregados familiares com evidentes carências económicas;-----

ATA N.º 02/2015 – Reunião de 23 de Abril de 2015

518 2) Nos termos conjugados das als. d) e m) do art. 14.º, da al. d) do art. 15.º e do nº 2
519 do art. 16º, todos da Lei nº 73/2015, de 03 de Setembro, que estabelece o regime
520 financeiro das autarquias locais, os Municípios, dispõem de poderes tributários
521 relativamente a impostos e outros tributos a cujas receitas tenham direito (como é o
522 caso das taxas e preços), nomeadamente concessão de isenções ou benefícios
523 fiscais, competindo à Assembleia Municipal, por proposta da Câmara, a aprovação
524 das isenções totais ou parciais a conceder. -----
525 Face ao exposto, a Câmara Municipal deliberou, nos termos e para efeitos da al.
526 ccc) do nº1 do art. 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em
527 anexo à Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro, submeter a deliberação da Assembleia
528 Municipal, com fundamentação nos considerandos de facto e de direito supra
529 explanados e face às competências previstas nas als. b) e c) do nº 1 do artigo 25º
530 deste último diploma legal, a aprovação de um plano de incentivos à regularização
531 de dívidas mencionadas em epígrafe, de acordo com as modalidades que a seguir
532 se enunciam, permitindo a cada devedor a opção mais vantajosa. -----
533 Modalidades: -----
534 1) Pagamento integral de dívida referente a faturação relativa aos consumos
535 efetuados até 31 de Dezembro de 2014, com a respetiva isenção de juros de mora,
536 desde que regularizada até ao próximo dia 30 de Junho de 2015; -----
537 2) Pagamento faseado de dívida referente a faturação relativa aos consumos
538 efetuados até 31 de Dezembro de 2014, através da adesão a Plano de Pagamentos
539 até ao próximo dia 30 de Junho de 2015.-----
540 2.1) Possibilidade do pagamento faseado, com a respetiva isenção de juros
541 de mora, para os consumidores que face à situação económica demonstrada
542 comprovem não ter possibilidade de saldar a sua dívida integralmente, numa única
543 prestação, num máximo de 12 prestações, sendo que cada prestação não poderá
544 ter um valor inferior a 10€; -----
545 2.2) Possibilidade do pagamento faseado para os restantes consumidores num
546 máximo de 6 prestações, sendo que cada prestação não poderá ter um valor inferior
547 a 25€.” -----
548 -----O senhor Presidente da Câmara disse que esta proposta surge no âmbito
549 desenvolvido na formação POPH para promover acordos de pagamento que
550 garantam a cobrança de algumas dívidas de forma equilibrada, pelo que a Câmara
551 Municipal deliberou submeter à aprovação da Assembleia Municipal um plano de
552 incentivos para a regularização de dívidas.-----
553 -----O senhor José Henrique Silva (CDU) disse que a CDU não tem muito a
554 acrescentar em relação a esta proposta mas deve ser vista a contextualização da
555 situação porque isto não está desligado do contexto político do país e do concelho.
556 Isto é fruto das políticas que fazem com que um bem tão essencial como a água
557 seja quase inatingível para alguns cidadãos. -----
558 -----O senhor Presidente da Câmara disse que também tratam do bem que é
559 a água com o máximo respeito como fazem em relação aos munícipes. Vai defender
560 as ideias que têm face à determinação do poder central.-----

ATA N.º 02/2015 – Reunião de 23 de Abril de 2015

561 -----Foi deliberado por unanimidade e em minuta aprovar a proposta supra
562 transcrita. -----

563 -----**DESIGNAÇÃO DE QUATRO CIDADÃOS ELEITORES PARA**
564 **INTEGRAREM A COMISSÃO ALARGADA DA COMISSÃO DE PROTECÇÃO DE**
565 **CRIANÇAS E JOVENS:**-----

566 -----LISTA A: Os grupos municipais do PSD e CDS apresentaram a seguinte
567 lista: “Os abaixo-assinados propõem como representante os seguintes cidadãos
568 para representantes deste órgão na Comissão de Protecção de Crianças e Jovens:
569 Efectivos – -----

570 - Vanda Ferreira Nunes Laura -----

571 - M.ª Fernanda Faria Abreu Silva Mateus; -----

572 - Olga Maria Gomes Rainho; -----

573 - Catarina Isabel Pinheiro Vilão Simões; -----

574 Suplentes – -----

575 - Paulo Jorge Carvalho Cecílio Patrício -----

576 - Luis Francisco Campos Silva; -----

577 - Nuno Diogo Fernandes Bernardino; -----

578 - Rui Leonel Abrantes Ferreira Cunha.” -----

579 -----LISTA B: Os grupos municipais do PS e CDU apresentaram a seguinte
580 lista: “lista de cidadãos eleitores para integrarem a comissão alargada da comissão
581 de protecção de crianças e jovens: -----

582 - Ricardo Manuel Silva Fernandes; -----

583 - Samuel Carvalho Gomes Monteiro Silva; -----

584 - Maria de Fátima Figueiredo Viola Santos. -----

585 - Mário Gomes Morgado.” -----

586 -----O senhor Ricardo Fernandes (PS) considerou que este é um assunto que
587 foi abordado de forma totalmente assertiva no período antes da ordem do dia. Além
588 da questão do alcoolismo todas as semanas saem novas drogas sintéticas o que é
589 um problema grave. Há também as diversas formas de maus tratos e é por isso que
590 este ponto devia ter mais consenso. A partidarização do processo causa-lhe alguma
591 confusão. -----

592 -----O senhor Samuel Carvalho (CDU) disse que a maior parte dos presentes
593 são pais pelo que este é um assunto que lhes toca. Decidiram fazer uma lista
594 conjunta com os nomes mais aptos para o cargo. Lembrou que a D. Vanda Laura
595 alertou para a questão dos nomes escolhidos porque depois não conseguem ter
596 quórum nas reuniões. Muitas vezes cai-se na droga e no alcoolismo devido à
597 situação económica do país que este governo trouxe. -----

598 -----A senhora D. Vanda Laura (PSD) disse que os membros hoje a eleger
599 funcionam no âmbito das comissões alargadas onde estão todos os representantes
600 das diversas entidades e depois há alguns que vão para a comissão restrita que é
601 quem gere os processos. Na comissão alargada estão pessoas que vão trabalhar
602 na prevenção e por vezes as actividades profissionais não lhes permitem estar nas
603 reuniões.-----

ATA N.º 02/2015 – Reunião de 23 de Abril de 2015

604 -----O senhor Carlos João Fonseca (PSD) considerou lamentável ter havido
605 uma intervenção a politizar este assunto. Referiu que a questão do alcoolismo não é
606 só provocada pela crise, lembrando o caso dos países escandinavos que têm um
607 grande índice de alcoolismo. Quem vive numa cidade e assiste a espectáculos
608 degradantes nos bares vê que muitos dos jovens são da classe média alta. Estas
609 questões têm de ser estudadas com realismo. Lembrou que muitas vezes quem tem
610 acesso a drogas é quem tem dinheiro para as comprar. -----

611 -----O senhor Luis Campos (PSD) disse que o PSD nunca partidarizou estas
612 questões bastando para tal ver as listas apresentadas lembrando que a lista
613 anteriormente aprovada tinha pessoas do PS. Afirmou que escolheram as pessoas
614 indicadas para os lugares. Considerou que o PS e a CDU já vinha com uma
615 estratégia determinada para partidarizar esta questão. O PSD e o CDS têm uma
616 coligação assumida mas o PS e a CDU têm uma coligação escondida. -----

617 -----O senhor Ricardo Fernandes (PS) disse não haver aqui nenhuma
618 estratégia escondida. Querem é ser integrados nesta situação. Antes do início da
619 sessão perguntou ao senhor Luis Campos se a lista que ia apresentar era aberta ou
620 fechada, tendo-lhe sido dito que era fechada. -----

621 -----Efectuada votação por escrutínio secreto, verificaram-se 15 votos na lista
622 A e 10 votos na lista B, ficando assim eleitos os seguintes cidadãos: -----

623 Efectivos – -----

624 - Vanda Ferreira Nunes Laura -----

625 - M.ª Fernanda Faria Abreu Silva Mateus; -----

626 - Olga Maria Gomes Rainho; -----

627 - Catarina Isabel Pinheiro Vilão Simões; -----

628 Suplentes – -----

629 - Paulo Jorge Carvalho Cecílio Patrício -----

630 - Luis Francisco Campos Silva; -----

631 - Nuno Diogo Fernandes Bernardino; -----

632 -Rui Leonel Abrantes Ferreira Cunha. -----

633 -----Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos.

634 -----**INFORMAÇÃO ESCRITA SOBRE A ACTIVIDADE MUNICIPAL E**

635 **SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA CÂMARA:** O senhor Presidente da

636 Câmara acrescentou que o facto da União das Freguesias de Bombarral e Vale

637 Covo não ter este ano organizado as comemorações prende-se com o facto da

638 Câmara Municipal não ter apoiado financeiramente conforme estava acordado mas

639 conseguiram uma solução conjunta Câmara Municipal, União das Freguesias e

640 Circulo de Cultura Musical Bombarralense. -----

641 -----O senhor Francisco Ferreira (CDU) considerou que o documento que lhes

642 é presente com a periodicidade que a lei obriga, chega de forma repetitiva e pouco

643 animadora porque nalguns capítulos gostariam de ver mais coisas realizadas,

644 nomeadamente a repavimentação de algumas estradas que se encontram mau

645 estado na freguesia do Carvalhal e que estão por arranjar à mais de seis anos. -----

ATA N.º 02/2015 – Reunião de 23 de Abril de 2015

646 -----O senhor Presidente da Câmara disse que estava à espera que fizessem
647 referência à situação financeira que espelha bem o trabalho desenvolvido. Quanto
648 às questões colocadas vai tentar que não tenha novamente de as repetir. -----

649

650 -----Nada mais havendo a tratar, pelas 00:00 horas foi a sessão encerrada e
651 lavrada a presente ata, que depois de lida e achada conforme, será assinada pela
652 Presidente da Mesa e pelos dois Secretários. -----

653

654 O Presidente:

655

656 O 1.º Secretário:

657

658 O 2.º Secretário:

659